ISSN 2237-1508
PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura
Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, jan. a dez. 2026
www.periodicos.uff.br/pragmatizes
Dossiê "Formação em organização da cultura", volume I

Contribuições e desafios dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação em organização da cultura

Nara da Cunha Pessoa[1]

Juliana Lopes da Silva[2]

RESUMO: Este artigo reflete sobre o lugar da extensão e do ensino para a formação em organização da cultura nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Por meio de uma abordagem analítica e descritiva, relatamos os processos formativos que envolvem o Núcleo de Arte Centro Histórico e o Festival Recanto do Cinema, respectivamente promovidos pelo Curso Tecnólogo em Produção Cultural do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e pelo Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo do Instituto Federal de Brasília. Argumentamos que os projetos de extensão e o ensino das práticas profissionais são espaços relevantes para o processo de formação em organização da cultura de estudantes vinculados aos cursos do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design. No entanto, nossa reflexão também recai sobre os limites e desafios identificados nessas formações, que se relacionam a ausências no processo de institucionalização da cultura no âmbito dos Institutos Federais.

Palavras-chave: Institutos Federais; projetos de extensão; práticas profissionais; formação; organização da cultura.

Recebido em: 18/03/26 | Avaliado em: 25/05/26
Publicado em: 30/09/26

[1] Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do curso de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). E-mail: pessoa.nc@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3125-716X.

[2] Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Pós-Doutorado na Goldsmiths, University of London. Docente do Instituto Federal de Brasília (IFB). com atuação nos cursos técnicos em Produção de Áudio e Vídeo. E-mail: juliana.dasilva@ifb.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0969-8156.

Como citar:
PESSOA, Nara da Cunha; SILVA, Juliana Lopes da. Contribuições e desafios dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a formação em organização da cultura. *PragMATIZES-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 16, n. 30, p. 1-23, 2026. DOI: https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v16i30.70876.

Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em um contexto político de ascensão das políticas públicas federais, iniciado no primeiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Vale destacar que isso ocorreu após oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizado por uma gestão neoliberal. A partir de 2003, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC) realizou seminários nacionais, consultas e debates amplos que buscavam revisar reformas anteriores que separavam o ensino técnico da formação básica e integral e priorizavam um ensino tecnicista para a educação profissional (Fernandes, 2017).

Nesse contexto, em 2005, com o objetivo de ampliar a educação profissional[3] para estados e regiões do Brasil que ainda não possuíam Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), a Setec/MEC criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional. A partir de então, se iniciou a construção de novas instituições federais de educação profissional em diferentes localidades do país. Três anos depois, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei nº 11.892/2008). A Rede Federal, como ficou conhecida, é considerada um marco na ampliação, interiorização e diversificação da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) no país (Fernandes, 2017). Ela abarca os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet-RJ e Cefet-MG); as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II (RJ).

Com a expansão da Rede Federal, foram criados Institutos Federais em todos os estados do Brasil, totalizando 38 em 2025. Os IFs têm autonomia administrativa, patrimonial e didático-científica, operando como autarquias *multicampi*. São instituições pluricurriculares, especializadas na oferta da EPCT, que atuam na educação básica, no ensino médio e no ensino superior por meio de diferentes modalidades de cursos do ensino básico, técnico e tecnológico, incluindo também licenciaturas, bacharelados e pós-

[3] O ensino profissional no Brasil teve início em 1909, com a inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices (1909-1937), durante o governo presidencial de Nilo Peçanha (Decreto-Lei nº 7.566/1909). Foram criadas dezenove escolas, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, formando uma rede de escolas profissionais que antecederam as escolas industriais e as escolas técnicas federais, implantadas na década de 1940 (Silva, 2019).

graduação lato e stricto sensu.

A criação dos IFs, em 2008, lhes conferiu uma estrutura administrativa similar à das universidades federais, especialmente no que diz respeito à composição de reitorias, pró-reitorias e conselhos superiores. A partir de então, os IFs se classificam como Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), equivalentes às universidades para efeito de regulação e supervisão. Embora alguns Cefets já atuassem no ensino superior, é com a criação da Rede Federal que o modelo pluricurricular se expande por todo o país.

Nessa expansão, novos cursos são criados, de acordo com as experiências e necessidades das localidades nas quais os *campi* estão localizados. Há, de certa forma, uma mudança de paradigma na EPCT, pois os IFs se abrem para uma educação menos tecnicista por meio de projetos interdisciplinares e integradores no currículo escolar e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A formação integral, como é definida, passa a considerar diferentes aspectos na educação, como os cognitivos, sociais, éticos, culturais e produtivos. Os IFs passam então a atuar em perspectiva mais humanística e em áreas de desenvolvimento mais recentes na EPCT, como no caso dos cursos de Produção Cultural (IFRJ, IFRN); Produção de Áudio e Vídeo (IFB); Design de Moda (IFRN, IFPB); Instrumento musical (IFRN, IFPB); para citar alguns.

A expansão da Rede Federal por todo o Brasil, com mais de 600 *campi* dos IFs[4], além de promover a democratização do ensino, ampliou a atuação da EPCT para novas áreas, incorporando, assim, novos conhecimentos; profissionais com perfis diferentes; estudantes com origens, competências e interesses diversos; e atividades em distintos campos do saber.

As pesquisas e reflexões que contemplam os campos da arte e da cultura nos IFs em uma perspectiva da formação ainda são recentes e bastante escassas (Costa; Pessoa; 2016; Amaral, 2021; Pessoa; Silva, 2024; Carvalhaes, 2025; Guerreiro *et al.*, 2025), contudo comprovam a atuação potente dessas instituições na formação em organização da cultura, evidenciando suas contribuições e identificando os principais desafios enfrentados. Para as reflexões presentes neste artigo, compreendemos o conceito de organização da cultura na perspectiva de Rubim (2010), como aquele que engloba os campos das políticas, da gestão e da produção cultural.

[4] Toda a Rede Federal possui 686 unidades. Em março de 2024, o Governo Federal anunciou a criação de 100 novos *campi* dos Institutos Federais com a previsão de criação de 140 mil novas vagas, sendo a maioria em cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Neste trabalho, apresentamos experiências de formação em organização da cultura realizadas em dois IFs, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e o Instituto Federal de Brasília (IFB). Os *campi* onde essas experiências se desenvolvem – Natal – Centro Histórico e Recanto das Emas (DF), respectivamente – são fruto da expansão da Rede Federal, tendo sido o primeiro criado em 2009 e o segundo em 2018. Seus eixos tecnológicos já dialogam com o novo perfil da EPCT, mencionado anteriormente, e, por isso, oferecem, entre outras formações, o curso superior de tecnologia em Produção Cultural e o curso técnico em Produção de Áudio e Vídeo nas modalidades do Ensino Médio Integrado (EMI), da Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e do Ensino Subsequente. As experiências relatadas a seguir estão situadas nesses cursos.

Ao tratar dessas experiências que são parte do nosso fazer profissional como docentes, pesquisadoras e extensionistas, buscamos iluminar questões próprias das práticas profissionais presentes nos projetos pedagógicos dos cursos e desenvolvidas, sobretudo, nos âmbitos do ensino e da extensão. As práticas profissionais, enquanto componentes curriculares, têm como objetivo promover a articulação entre teoria e prática, constituindo-se como espaço de experimentação e preparação dos(as) estudantes para a atuação no mundo do trabalho. Nesse sentido, argumentamos que as práticas profissionais despontam como atividades fundamentais para a formação em organização da cultura.

Contudo, ao observar a formação em organização da cultura nos IFs, também emergem questões próprias da institucionalização do campo cultural que remetem, por exemplo, às "tristes tradições" sistematizadas por Rubim (2007). Assim, partimos de uma compreensão atual das políticas e da gestão cultural no âmbito dos IFs para refletir sobre o campo da formação em organização da cultura nessas instituições. Em seguida, apresentamos ambas as experiências – IFRN e IFB – separadamente e, ao final, retomamos os principais pontos observados, destacando aqueles que se mostram relevantes.

Institucionalidade da cultura nos Institutos Federais

A trajetória das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) tem expressado sua essência cultural continuamente. A relação entre IPES e a área da cultura é longeva e diversa, manifestando-se de diversas formas, como na formação geral de estudantes, ao

envolver a transmissão de conhecimentos e técnicas, ou em ações mais específicas, como cursos e programas voltados para o campo cultural. Indo além do seu papel acadêmico e científico, essas instituições também funcionam como polos culturais por meio de eventos, projetos, espaços e grupos artísticos e culturais.

Nesse contexto, a área da cultura nas IPES também revela grande complexidade no que diz respeito à sua institucionalidade, entendida neste artigo a partir da perspectiva adotada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e pelo Fórum Nacional de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior (FORCULT) (2025, p. 23). Essa perspectiva abrange "as condições objetivas de seu funcionamento, a sua operacionalidade, ou seja, a existência de rotinas e procedimentos que definam os fluxos dos processos e das atividades no ambiente institucional". Tal complexidade decorre de diversos fatores, entre eles a amplitude do campo cultural, a estrutura das IPES baseada nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e a histórica fragilidade da área de gestão cultural, entre outros.

Nas IPES são realizadas diversas etapas da organização da cultura, como criação; produção; difusão e divulgação; preservação e manutenção; gestão; crítica e reflexão; estudo e pesquisa; e fruição e consumo. Tais etapas frequentemente transcendem os âmbitos do ensino e da pesquisa ao promoverem interação com a sociedade para além dos muros institucionais, localizando a cultura, regularmente, na esfera da extensão.

A despeito desse cenário, a institucionalização da cultura nas IPES brasileiras ainda se encontra em construção. Na relação intrínseca entre IPES e cultura, algumas dificuldades centrais são apontadas por autores contemporâneos, como Santos (2024), Rubim (2019) e Sidoncha (2021), para que a cultura ocupe um novo patamar nessas instituições. A falta de infraestrutura adequada e recursos orçamentários para sustentar e fomentar as atividades culturais é uma dessas dificuldades. A ausência de sistematização das ações culturais, as quais são, com frequência, realizadas de maneira pontual e isolada, sem haver articulação em um projeto institucional amplo, também é mencionada. Além disso, são citadas a baixa valorização da cultura no campo acadêmico, relegando-a à atividade secundária; a associação imediata entre os campos da cultura e da extensão, entre outras. As dificuldades apontadas podem ser consequência da ausência de políticas culturais ou de planos de cultura nas IPES, apesar de, mais

recentemente, o debate sobre a institucionalização da cultura nas IPES estar se potencializando e o cenário da estrutura institucional se modificando.

Em pesquisa recente do FORPROEX e do FORCULT (2025) sobre a institucionalidade da cultura nas IPES brasileiras, a qual contemplou o universo final de 158 instituições[5], afirma-se que, embora nos últimos anos se reconheça

> um avanço significativo na legitimação da gestão cultural nas IPES, com a criação e/ou transformação de setores específicos para cuidar da arte e da cultura, ainda enfrentamos o fato de que na maioria das instituições, 54,4% delas, 86 para sermos mais exatos, a cultura não tem um lugar próprio, o que impacta consideravelmente a gestão cultural, uma vez que, na maior parte das vezes, os setores híbridos, onde a cultura é apenas mais um entre diversos assuntos, precisam dar conta de muitas questões nem sempre convergentes, dividindo o foco do trabalho, o tempo e os recursos materiais e humanos. Além de evidenciar em alguns casos o desprestígio do setor na instituição (FORPROEX; FORCULT, 2025, p. 50).

Nesse cenário, observa-se que grande parte das atividades artísticas e culturais nos IFs – assim como nas IPES, de modo geral – está situada predominantemente no âmbito da extensão. A pesquisa mencionada indica que 74,7% das instituições respondentes afirmaram existir uma orientação para vincular ações e atividades artísticas e culturais à extensão (FORPROEX; FORCULT, 2025). No IFRN e no IFB, que compõem o universo desta pesquisa, tais atividades são fomentadas institucionalmente por meio de editais publicados pelas Pró-Reitorias de Extensão, os quais disponibilizam recursos financeiros e bolsas vinculadas a projetos de extensionistas.

No entanto, esses projetos não derivam de uma política institucional de cultura e tampouco estão necessariamente articulados em um programa ou plano de ação. Além disso, alguns desses editais apresentam sazonalidade, descontinuidade e baixo orçamento. Essa realidade nos conduz a outra questão: a existência – ou ausência – de instrumentos de gestão voltados à área da cultura nas IPES. A pesquisa do FORPROEX e FORCULT (2025) identificou quatro instrumentos desse tipo: políticas culturais; planos de cultura; mapeamentos sobre infraestrutura, projetos e grupos; e sistemas específicos para registro das atividades artísticas e culturais.

As duas instituições analisadas neste trabalho não dispõem de nenhum desses instrumentos, que consideramos fundamentais para estruturar a gestão cultural em uma

[5] Entre as 158 instituições pesquisadas, 110 são instituições federais, das quais: 69 Universidades Federais e 41 instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (os 38 IFs, 2 CEFETs, 1 UTFPR); 41 são instituições estaduais; 5 instituições municipais e 2 instituições regionais.

IPES. Além dessas ausências - ou, talvez, como consequência delas, verificamos no IFRN e no IFB a inexistência de orçamento próprio para a área, de estrutura adequada para o desenvolvimento de ações específicas e de profissionais especializados atuando no campo da arte e da cultura, entre outras lacunas. Como aponta a publicação (FORPROEX; FORCULT, 2025, p. 60), essa situação não é exclusiva das instituições aqui estudadas. A partir das respostas das IPES sobre a existência de políticas e planos de cultura, somadas à análise dos documentos anexados à pesquisa, constatou-se que apenas 6 instituições possuem políticas e planos de cultura (3,8%); 24 possuem políticas, mas não planos (15,2%); 2 possuem planos, não políticas (1,2%); e 126 não possuem nem políticas nem plano de cultura (79,8%).

Apesar das ausências apontadas – tanto de instrumentos de gestão quanto de condições institucionais – há, por outro lado, um conjunto significativo de atividades artísticas e culturais desenvolvidas nos Institutos Federais que não pode ser desconsiderado. Embora, como já mencionado, essas ações ocorram em diferentes formatos, ambientes e dimensões nas IPES, este trabalho propõe um olhar específico para duas experiências no campo da cultura que se configuram como atividades de extensão e de ensino e que, em suas instituições, cumprem a função de prática profissional.

A prática profissional nos Institutos Federais integra teoria e prática para o desenvolvimento de habilidades e competências próprias de cada curso. Seus formatos variam entre os IFs, mas sua função é central para a formação integral dos estudantes. Nos *campi* analisados, ela se apresenta como um componente decisivo para o desenvolvimento de ações artísticas e culturais.

Neste artigo, refletimos sobre projetos de extensão em cultura desenvolvidos em Instituições Públicas de Ensino Superior, compreendendo-os como componentes essenciais para a formação em organização da cultura. A partir de uma abordagem analítica e descritiva, apresentamos processos de produção cultural vinculados ao Núcleo de Arte Centro Histórico (IFRN) e ao Festival Recanto do Cinema - Audiovisual na Periferia (IFB), ambos promovidos no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Argumentamos que esses projetos constituem espaços relevantes para a prática profissional de estudantes dos cursos do Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, contribuindo para sua formação no campo da organização da cultura. Ao mesmo tempo, a experiência como coordenadoras dessas iniciativas nos permite

refletir sobre os limites e desafios enfrentados em sua realização, especialmente diante das lacunas existentes no processo de institucionalização da cultura nas IPES.

O texto organiza-se a partir do relato de experiência das docentes em suas respectivas instituições. Inicialmente, apresentamos o percurso do Núcleo de Arte Centro Histórico do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com destaque para seus primeiros oito anos de existência. Em seguida, abordamos a experiência do Instituto Federal de Brasília (IFB) por meio do Festival Recanto do Cinema – Audiovisual na Periferia. Nas considerações finais, discutimos as limitações e ausências identificadas na execução dos dois projetos, evidenciando os desafios institucionais relacionados à consolidação da cultura no âmbito das IPES.

Núcleo de Arte Centro Histórico – IFRN

Nesta seção apresentamos o Núcleo de Arte Centro Histórico, projeto de extensão vinculado ao Campus Natal-Centro Histórico[6]. Antes de tratar especificamente do Núcleo, é importante destacar que esse Campus é o único, entre os 22 *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, cuja atuação se concentra exclusivamente em eixos tecnológicos relacionados à cultura e às humanidades, como são os eixos *Produção Cultural* e *Design e Turismo, Hospitalidade e Lazer*. Além disso, oferece, entre outros cursos, o Superior de Tecnologia em Produção Cultural – único curso de graduação em produção cultural do estado e o único ofertado por um Instituto Federal na região Nordeste.

Ao longo de seus 15 anos de existência, o Campus desenvolveu diversas atividades artísticas e culturais que refletem seu perfil tecnológico e ampliam as possibilidades de atuação dos estudantes em seus respectivos campos de formação. Grande parte dessas ações é registrada como projeto de extensão, possibilitando práticas profissionais vinculadas às áreas de estudo e fortalece o diálogo com as comunidades externas, incluindo artistas, agentes culturais e trabalhadores da cultura. Em razão desse perfil – distinto dos demais *campi*, tradicionalmente voltados a áreas técnico-científicas – o

[6] O Campus Natal-Centro Histórico foi inaugurado em 2009, como Campus Natal-Cidade Alta, pois ficava no bairro homônimo da cidade do Natal. Em 2016, o campus passou a abrigar dois prédios em bairros vizinhos, Cidade Alta e Rocas. Em 2022, o prédio da Cidade Alta foi fechado e todas as atividades foram transferidas para o prédio das Rocas, que teve sua estrutura ampliada. Logo, a comunidade acadêmica elegeu seu novo nome para Campus Natal-Centro Histórico, pois em seu entorno estão alguns dos bairros mais antigos da cidade.

Campus passou a ser conhecido informalmente como o “campus da cultura”.

O Núcleo de Arte do Campus Natal-Centro Histórico (Nuarte) foi criado em 2016 por meio do Programa Institucional de Fomento à Arte da Pró-reitoria de Extensão. Naquele ano, pela primeira vez, o IFRN lançou um edital voltado especificamente para ações artísticas e culturais de caráter contínuo. O edital previa apoio financeiro para o pagamento de dois estudantes bolsistas durante sete meses, com bolsa mensal de R$300,00, além de recursos para custeio de materiais e serviços, no valor de R$3.500,00[7]. Renovado anualmente, o edital estabelece a criação de um Núcleo de Arte em cada um dos 22 *campi* do IFRN. Os *campi* possuem autonomia para definir suas temáticas e ações, estruturadas em formato de projeto submetido no período de inscrições. Dessa forma, os Nuarte do IFRN apresentam perfis diversos entre si.

Nos cinco primeiros anos de existência (2016-2020), a ação primordial do Nuarte Centro Histórico era acompanhar e assessorar os artistas, grupos culturais e profissionais ligados ao fazer artístico que ocupavam as salas e espaços do Campus. Esse uso ocorria por meio de duas categorias de acesso. A primeira, denominada de residência artística, contemplava atividades de ensaio, pesquisa, experimentação, reuni-ões e elaboração de produtos artísticos. A segunda envolvia a oferta de oficinas artísticas e de lazer, ministradas por agentes culturais voluntários e voltadas à comunidade. A equipe do Nuarte - composta por docentes, técnicos e estudantes - era responsável por oferecer suporte tanto aos residentes quanto aos oficineiros. Nesse processo, os estudantes conviviam diretamente com artistas, grupos culturais e participantes das oficinas, aproximando-se das dinâmicas próprias desses coletivos.

Os estudantes envolvidos no Núcleo de Arte atuavam como bolsistas de extensão, vinculados ao projeto anual com duração de sete meses, ou como voluntários, que se integravam espontaneamente à equipe e, muitas vezes, permaneciam todo o período do projeto. Eles desempenhavam funções relacionadas às competências dos cursos em que estavam matriculados, realizando sua prática profissional[8]. A maioria era oriunda do

[7] Em 2020, o recurso disponibilizado para os Núcleos de Arte do IFRN foi drasticamente reduzido à metade devido aos cortes orçamentários do Governo Federal para a pasta da Educação, que aconteciam desde 2019. Assim, o auxílio passou a atender ao pagamento de apenas um bolsista por sete meses e o valor de R$1.500,00 para o custeio de materiais e serviços.

[8] No IFRN a prática profissional é obrigatória a todos os estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores de graduação e é definida como "um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e interrelaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re)construção do conhecimento, viabilizando ações que conduzam ao aperfeiçoamento

curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, dada a afinidade entre o trabalho do Núcleo e o campo da produção cultural, mas também participavam estudantes de Eventos e de Multimídia, especialmente. Todos eram cadastrados no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e, ao término do vínculo, tinham suas horas de prática profissional registradas no histórico acadêmico.

Nos primeiros anos, o trabalho dos estudantes consistia em atender, nas possibilidades institucionais, às demandas dos grupos parceiros. Isso incluía viabilizar materiais para ensaios ou reuniões, auxiliar no uso de equipamentos de som, agendar espaços, realizar registros fotográficos e audiovisuais, produzir oficinas e cursos, criar materiais gráficos, entre outras atividades cotidianas do Nuarte. Paralelamente, a equipe também oferecia oficinas e minicursos em temáticas de interesse dos parceiros, ministrados por docentes, técnicos e estudantes, como *Organização de Eventos* e *Edição de Vídeos*, destinados tanto à comunidade interna quanto à externa.

Nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia de Covid-19, as atividades do Núcleo passaram a ocorrer virtualmente, exigindo adaptações significativas. Em seu perfil no Instagram[9], o Nuarte passou a divulgar e difundir trabalhos artísticos de estudantes, por meio de chamadas abertas nacionalmente, além de oferecer oficinas remotas voltadas a qualquer pessoa interessada.

Em 2022, com o retorno integral das atividades presenciais no IFRN e a unificação das duas unidades do Campus Natal-Cidade Alta em um único espaço, no bairro das Rocas – agora denominado Campus Natal-Centro Histórico – houve uma intensa efervescência de ações artístico-culturais. Nesse contexto, o Nuarte assessorou outros projetos de extensão do campus, como o *Sarau Canguleiro* e o *Ateliê a Céu Aberto*, atuando como parceiro e núcleo de produção cultural. A centralização do Campus em uma única unidade, entretanto, levou à desativação das residências artísticas com parceiros externos, tanto pela nova configuração dos espaços quanto pela ruptura dos vínculos estabelecidos anteriormente com artistas e públicos.

Em 2023, o Nuarte manteve o acompanhamento das ações de arte e cultura do Campus e, adicionalmente, ofereceu aulas de iniciação musical a estudantes do ensino fundamental de escolas estaduais do bairro das Rocas. Buscando fortalecer ações de

técnico-científico-cultural e de relacionamento humano" (IFRN, 2024, p. 68). A prática profissional pode ser desenvolvida por meio de diversas modalidades.

[9] Para mais, ver: https://www.instagram.com/nuarte.centrohistorico/. Acesso em 10 set. 2026.

continuidade com a comunidade local, as metas do Núcleo naquele ano propunham ampliar sua atuação para além da programação regular, estreitando o diálogo com o território no qual o Campus está inserido.

Ao longo de seus oito anos, o Nuarte Centro Histórico desenvolveu uma atuação intensa e crescente. Dezenas de estudantes realizaram sua prática profissional no Núcleo, aplicando conhecimentos adquiridos em sala de aula. Os estudantes sempre estiveram à frente das atividades, e, embora não exista uma ligação direta entre o Nuarte e as disciplinas dos cursos regulares, a articulação entre extensão e ensino se concretiza na atuação dos estudantes em suas áreas de formação. Sob orientação de docentes da equipe, eles participam de momentos formativos, como reuniões semanais, nas quais discutem encaminhamentos, avaliam processos, identificam problemas e propõem soluções, contribuindo para a gestão do Núcleo.

É perceptível o envolvimento dos estudantes – bolsistas ou voluntários – que se dedicam às atividades, sentem-se parte do trabalho desenvolvido e se empenham em fortalecer o Núcleo na instituição. A cada ano, o número de estudantes voluntários aumentou. Alguns atuam em ações específicas; outros integram o projeto anual; e alguns permanecem por mais de dois anos, algo incomum dada a duração dos cursos. Segundo depoimentos de bolsistas e voluntários[10], a participação no Nuarte promoveu mudanças profissionais e pessoais: relataram sentir-se mais seguros para atuar profissionalmente, reconheceram amadurecimento e destacaram que a prática profissional proporciona experiências inexistentes em sala de aula, além de favorecer o desenvolvimento das relações interpessoais ao lidar coletivamente com situações de tensão.

Entre as competências desenvolvidas pelos estudantes no Nuarte, destacam-se: 1. execução de projetos, envolvendo logística, licenças e autorizações; 2. compra de materiais ou contratação de serviços, aprendendo a precificar itens essenciais à produção cultural; 3. comunicação com artistas e profissionais da área, aprimorando habilidades comunicativas e interpessoais; 4. elaboração e apresentação de propostas de atividades, fortalecendo autonomia e autoconfiança; 5. criação de soluções para demandas de curto e médio prazo, exercitando criatividade e tomada de decisão. Além disso, muitos estudantes iniciam sua trajetória profissional a partir dessas experiências, ampliando

[10] Quatro estudantes, que fizeram parte da equipe do Nuarte Centro Histórico, em 2022 e 2023, foram entrevistados em uma etapa da pesquisa de campo da tese de doutorado desta pesquisadora, defendida em 2025.

redes de contato e despertando para novos interesses.

Apesar do reconhecimento do trabalho realizado pelo Nuarte Centro Histórico e do lugar que ocupa no Campus, é necessário destacar que o IFRN ainda não avançou no processo de institucionalização da cultura. Embora o Programa da Pró-reitoria de Extensão seja contínuo desde 2016 e tenha possibilitado centenas de atividades em todo o Instituto, ele não se configura como uma política institucional ampla para a arte e a cultura. O fomento permanece restrito à lógica de edital anual, o que, apesar de sua renovação recorrente, dificulta a elaboração de metas de médio e longo prazo, especialmente no que se refere à relação com as comunidades externas. Além disso, os recursos destinados aos Nuarte são escassos, o que limita a execução de propostas mais robustas. Em alguns momentos, o número reduzido de bolsas de extensão gera sobrecarga de trabalho, mesmo com a presença constante de voluntários.

Somam-se a isso a falta de estrutura adequada para determinadas atividades artísticas e culturais – que, por vezes, deixam de ocorrer ou exigem soluções improvisadas – e o número insuficiente de profissionais técnicos e de infraestrutura, o que já ocasionou tensionamentos entre os servidores.

A experiência do Nuarte Centro Histórico, portanto, ilustra uma realidade mais ampla das IPES brasileiras. Ao mesmo tempo em que evidencia aspectos relevantes e potentes do projeto, também revela limitações e ausências institucionais que, acreditamos, podem e devem ser superadas.

Festival Recanto do Cinema – IFB

Nesta parte do texto, apresentamos a experiência do Festival Recanto do Cinema – Audiovisual na Periferia, promovido pelo Instituto Federal de Brasília – Campus Recanto das Emas[11]. Nos interessa explorar de que maneira as práticas de extensão e ensino em torno da realização de festivais de cinema contribuem para a formação profissional dos (as) estudantes no campo da organização da cultura.

A realização de um festival de cinema envolve dimensões relevantes do que

[11] O Campus Recanto das Emas do Instituto Federal de Brasília foi criado em 2018 e está localizado na periferia do Distrito Federal. Tem como eixo tecnológico a área de Produção Cultural e Design e atualmente oferta 5 cursos: 1. Curso Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo; 2. Curso Ensino Médio Integrado em Produção de Áudio e Vídeo – Modalidade Proeja; 3. Curso Técnico Subsequente em Produção de Áudio e Vídeo; 4. Curso Técnico Subsequente em Animação Digital; 5. Curso Superior Tecnólogo em Produção Audiovisual.

constitui o campo da produção cultural, tais como a criação, a imaginação e a invenção (Rubim, 2005). Da mesma forma, mobiliza um conjunto de saberes e práticas do campo organizativo da cultura, como a crítica e a curadoria, a produção, a comunicação, a difusão e a fruição.

O Festival Recanto do Cinema foi idealizado por professores e estudantes dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo do Instituto Federal de Brasília. O festival surgiu como um desdobramento do projeto de extensão "Cineclube Recanto do Cinema: cultura audiovisual na periferia"[12] e também da reivindicação dos (as) estudantes pela criação de um evento de exibição audiovisual no qual os curtas-metragens produzidos por eles (as) em processos pedagógicos das disciplinas práticas profissionais pudessem ser exibidos para a comunidade acadêmica e externa.

Desde então, o festival é realizado em caráter pedagógico, cultural, de pesquisa, ensino e extensão em cinema e audiovisual e se insere no âmbito das ações de exibição promovidas por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Uma das principais intenções do festival é constituir-se como uma janela de exibição que coloque em relação as obras audiovisuais realizadas pelos estudantes dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo com aquelas produzidas por cineastas das diferentes periferias do Brasil. Portanto, o festival não se caracteriza essencialmente como um festival estudantil e/ou universitário.

O Festival Recanto do Cinema vem se consolidando na cena, do que identificamos, como festivais territoriais[13] do Distrito Federal. Ou seja, aqueles festivais realizados fora da região privilegiada do plano piloto de Brasília. Estes festivais, com propostas diferentes entre si, possibilitam o encontro, o intercâmbio e a circulação de filmes independentes brasileiros, que não encontram espaços no circuito comercial das salas de cinema, plataformas de *streaming* e festivais tradicionais. Neste cenário, as edições do Festival Recanto do Cinema se somam a outras iniciativas que buscam a democratização do cinema e do audiovisual no Distrito Federal e são uma alternativa à ausência das salas

[12] O projeto de extensão "Cineclube Recanto do Cinema: Cultura Audiovisual na Periferia", foi iniciado em 2018 e financiado pelo Edital de Apoio para as Ações de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Brasília e deu origem a primeira edição do Festival Recanto do Cinema em 2019 (FREIRE et al; 2020).

[13] Dentre os festivais de cinema territoriais do Distrito Federal podemos mencionar o Festival de Cinema de Taguatinga, o Motriz Festival de Cinema de Planaltina, o Festival de Cinema do Paranoá e o Festival Cine de Expressão (Ceilândia).

de cinema na região.

Entre 2019 e 2024, o Festival Recanto do Cinema teve quatro edições, três delas presenciais no Campus do IFB Recanto das Emas e uma *online*, realizada durante a pandemia da Covid-19. Com edições bianuais, sua programação oferece um recorte de curtas-metragens organizados na Mostra de Curtas-Metragens Brasileiros e na Mostra Especial, na qual são exibidos os filmes produzidos pelos (as) estudantes em processos formativos dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo. Sua programação contempla, além das mostras mencionadas, atividades formativas, como mesas de debate, oficinas e apresentações artísticas abertas à comunidade externa. Atualmente, o evento prepara sua quinta edição para novembro de 2026.

Como afirma Mattos e Resende (2021), o pensamento de um festival está presente em seu discurso institucional e estético. A institucionalidade do Festival Recanto do Cinema se expressa por meio de ações promovidas por uma Instituição Pública de Ensino Superior (IPES), trazendo em sua concepção a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Seu pensamento estético-político é marcado pela "atenção às memórias, aos territórios e às identidades das periferias brasileiras" (IFB, 2020). Em suas últimas edições o festival apresentou os seguintes recortes curatoriais: apresentando "Audiovisual na Periferia" (2019), "Memória, Identidades e Territórios" (2020), "Futuros imagináveis e Reorganização do Sensível" (2022) e "Desorbitar o centro, desordenar o mundo" (2024).

Nos processos formativos em organização da cultura que envolvem a realização das edições do Festival Recanto do Cinema, destaca-se a relação entre a extensão e o ensino, enfatizando a relevância das disciplinas obrigatórias das práticas profissionais presentes no currículo dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo, como lugar central para a produção do festival e formação dos (as) estudantes em processos da organização da cultura.

O Festival Recanto do Cinema é uma iniciativa do Núcleo de Práticas Integradoras[14] Recanto do Cinema. O núcleo, formado por professores e estudantes,

[14] Os Núcleos de Práticas Integradoras encontram-se presentes no plano de curso dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo do IFB Campus Recanto das Emas e têm como objetivo a promoção de projetos integradores que incentivem a relação entre a teoria e a prática ao longo do processo formativo em audiovisual por meio de projetos de ensino, extensão e pesquisa. Os núcleos estão organizados de acordo com os elos da cadeia produtiva do audiovisual (produção - distribuição - exibição) e dentre os seus projetos integradores encontram-se: o desenvolvimento de roteiros, a elaboração e escrita de projetos

busca promover atividades de construção de repertório fílmico, ações de exibição, memória e preservação audiovisual. Atualmente, o núcleo promove dois projetos principais, o Cineclube Recanto do Cinema[15] e o Festival Recanto do Cinema.

O núcleo atua como um articulador institucional do Festival Recanto do Cinema, à frente da direção do evento, da captação de recursos e da execução do festival. A formação profissional dos estudantes no campo da organização da cultura ocorre no bojo das disciplinas práticas profissionais que conformam-se nos núcleos de realização do festival, tais como: produção, curadoria e programação; comunicação, acessibilidade e atividades formativas.

Neste formato, os docentes responsáveis pelas disciplinas práticas atuam como professores mediadores, criando situações de aprendizagem no campo da organização da cultura em torno de cada área de realização do festival. Para o fortalecimento da prática pedagógica e do processo de ensino-aprendizagem, são ofertadas bolsas de monitoria, extensão e estágio aos estudantes, que selecionados por meio de processos seletivos internos, atuam como monitores dos núcleos de produção do festival em todas as etapas da organização do evento.

Para exemplificar o processo aqui descrito, daremos ênfase à elaboração da chamada de filmes da Mostra de Curtas-Metragens Brasileiros. A elaboração da chamada é lugar de criação, imaginação e invenção de professores e estudantes na definição do recorte temático e curatorial de cada edição do festival. Esse processo possibilita o exercício do pensamento crítico sobre as possibilidades do cinema contemporâneo brasileiro, conforme demonstra o texto da chamada de filmes da 2a edição do evento, realizada em 2020:

> O Festival Recanto do Cinema traz o tema "Memória, Identidades e Territórios". A linha curatorial proposta recorta as singularidades, multiplicidades e complexidades do Cinema e do Audiovisual nas periferias brasileiras indo ao encontro da diversidade, diferença, afetos, protagonismo periférico, processos históricos de lutas e resistências, discursos e práticas contra-hegemônicas" (IFB-Recanto das Emas, 2020).

A cada edição do festival, a chamada de filmes da Mostra de Curtas-Metragens Brasileiros é elaborada em encontros semanais com os(as) estudantes, no âmbito das

audiovisuais, a produção de curtas-metragens, videoclipes, *videocasts* e *podcasts*, produção, curadoria e organização de cineclubes, mostras e festivais.

[15] O Cineclube Recanto do Cinema atualmente consta como uma disciplina obrigatória de prática profissional no currículo do Curso Técnico Subsequente em Produção de Áudio e Vídeo.

disciplinas de prática profissional. O processo de concepção e escrita da chamada envolve a reflexão crítica sobre o campo da exibição do cinema e do audiovisual brasileiro, o papel dos festivais independentes, os sentidos do cinema contemporâneo periférico e a produção e circulação audiovisual territorial no Distrito Federal.

Em consonância com as políticas de diversidade que têm marcado o cinema brasileiro na última década, foi debatida com os estudantes a incorporação, na chamada de filmes, de ações afirmativas voltadas à priorização de curtas-metragens dirigidos, produzidos e/ou roteirizados por mulheres, pessoas trans e não binárias, pessoas negras, pessoas indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e realizadores estreantes na direção (IFB, 2020; 2022). Dessa forma, o festival reconhece a produção recente do cinema brasileiro contemporâneo e valoriza a presença de temáticas que atravessam questões políticas, identitárias, estéticas e sociais presentes na sociedade brasileira.

A elaboração da chamada de filmes da Mostra de Curtas-Metragens Brasileiros constitui o gesto inicial de cada edição do evento e impulsiona os demais processos de sua organização, como a divulgação em plataformas digitais, o recebimento e gerenciamento das inscrições de filmes, a curadoria, o desenho da programação e a produção das mostras, sessões e atividades formativas do festival. Nesse contexto, insere-se também a Mostra Especial. Por meio de uma chamada interna, estudantes do IFB – Campus Recanto das Emas inscrevem filmes produzidos em contexto pedagógico para participação no festival, o que lhes permite compreender os processos de inscrição, seleção, circulação e exibição de obras audiovisuais em festivais.

Os demais núcleos de produção também são ativados no âmbito das práticas profissionais, como o da produção, da comunicação (identidade visual, redes sociais, cobertura do evento), das atividades formativas, acessibilidade, dentre outros. Para a organização do festival, além dos encontros regulares da sala de aula no horário das disciplinas práticas profissionais, também foram criados grupos de produção em aplicativos de mensagens para a comunicação e informação das equipes e realização de encontros presenciais e *online* da equipe do evento.

A organização das quatro edições do festival contou com a participação direta de mais de 150 estudantes dos Cursos Técnicos em Produção de Áudio e Vídeo e tem gerado desdobramentos significativos em suas trajetórias profissionais. Entre esses desdobramentos, destacam-se a atuação de estudantes como curadores em outros

festivais do Distrito Federal, como na primeira edição do Rastro – Festival de Cinema Documentário (2020), bem como sua inserção como produtores na Mostra Competitiva de Cinema Negro Adélia Sampaio e no Cine Brasília, única sala pública de cinema do Distrito Federal. Essas experiências evidenciam a relevância do festival como espaço formativo e de articulação com o setor do audiovisual local.

Além disso, os estudantes têm desenvolvido iniciativas próprias, como a criação do coletivo Cine Quebrada, formado por egressos que atuam como realizadores audiovisuais e cineclubistas na Cidade Ocidental, em Goiás. Os relatos dos participantes indicam que o envolvimento nas práticas profissionais dos cursos contribui diretamente para a construção de currículos e portfólios, ampliando suas possibilidades de inserção e permanência no setor do cinema e do audiovisual no Distrito Federal.

O financiamento das edições do festival tem ocorrido por meio de editais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e de recursos do orçamento direto do IFB Campus Recanto das Emas. No entanto, esses valores têm se mostrado insuficientes para garantir a organização do festival com estabilidade e assegurar sua consolidação no calendário cultural acadêmico e da cidade. Também faltam recursos para a adequação da infraestrutura do auditório do IFB Campus Recanto das Emas com sistemas de projeção e sonorização adequados para a exibição audiovisual. Da mesma forma, inexistem investimentos voltados à preservação da memória do festival, à catalogação e à criação de um acervo digital de suas edições anteriores, compreendendo-o como um processo formativo continuado.

Acreditamos que esses limites estão diretamente relacionados à não institucionalização da cultura no Instituto Federal de Brasília, evidenciada pela ausência de uma política cultural robusta que preveja infraestrutura, equipe e orçamento específicos para as ações culturais desenvolvidas nos dez *campi* da instituição.

Considerações finais

Os relatos de experiência apresentados evidenciam a relevância dos projetos de extensão em cultura para a formação de profissionais em organização da cultura nos Institutos Federais. Como docentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, reconhecemos as potências do Núcleo de Arte Centro Histórico (IFRN) e do Festival Recanto do Cinema – Audiovisual na Periferia (IFB) como espaços privilegiados

de formação em práticas profissionais da produção cultural, seja vinculado diretamente à extensão, como no primeiro caso, seja articulado ao ensino e à extensão, como no segundo. Essas práticas contribuem com a inserção dos estudantes no campo profissional, fortalecendo sua formação crítica, ampliando seus repertórios, estimulando a autonomia na elaboração de projetos e favorecendo a construção de redes de contatos.

A participação dos estudantes nessas práticas profissionais possibilita uma permeabilidade formativa que se dá por meio de encontros, intercâmbios e trocas de experiências com a comunidade externa. Por isso, compreendemos que as IPES devem manter-se abertas à participação ativa de artistas, produtores e agentes culturais dos territórios, de modo a potencializar tanto o processo formativo quanto a produção cultural local.

Neste trabalho, acionamos projetos no âmbito da extensão porque, em grande parte das IPES, é nesse campo que se localizam institucionalmente as ações de arte e cultura. Mas também porque é na extensão que se consolidam as trocas entre comunidades interna e externa, permitindo que os IFs desempenhem um papel relevante na organização da cultura em seus territórios. As experiências analisadas demonstram que, para além da formação dos estudantes, os Institutos Federais contribuem para dinamizar ecossistemas culturais locais, fortalecendo iniciativas, ampliando circuitos e criando condições para que práticas culturais se desenvolvam.

No entanto, os dois relatos também evidenciam desafios e limites que atravessam essas experiências. A nosso ver, tais dificuldades estão diretamente relacionadas à ausência de um pensamento institucional mais estruturado voltado à institucionalização da cultura nas IPES. Ainda que programas e editais tenham possibilitado ações importantes, eles não configuram por si só, uma política institucional ampla, capaz de garantir continuidade, planejamento e condições estruturais adequadas.

É importante ressaltar, contudo, que não se trata apenas de defender a institucionalização da cultura em qualquer formato. A existência de planejamento, estrutura e orçamento é necessária, mas não suficiente. Uma política cultural institucional só se sustenta quando construída de forma participativa, dialogada e sensível às realidades e demandas das comunidades acadêmicas e externas. Assim, defendemos que a institucionalização da cultura nas IPES deve ser um processo coletivo, que envolva estudantes, docentes, técnicos, artistas, agentes culturais e demais sujeitos

que compõem os territórios.

Por fim, acreditamos que as experiências aqui apresentadas contribuem para o debate sobre a formação em organização da cultura nos Institutos Federais e apontam caminhos possíveis para o fortalecimento das políticas culturais nas IPES. Ao evidenciar tanto as potências quanto as limitações, buscamos colaborar para a construção de uma institucionalidade da cultura que reconheça a centralidade da arte e da cultura na formação humana e no desenvolvimento dos territórios.

Referências

AMARAL, Carla Giane Fonseca do. *O ensino de arte nos Institutos Federais*: mapeamento de resistências na Educação Profissional e Tecnológica. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

BEIRAK, Jazmín. *Cultura ingobernable*: de la cultura como escenario de radicalización democrática y de las políticas que lo fomentan. Barcelona: Ariel, 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

CANCLINI, Néstor Garcia. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano. *In*: ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignácio (org.). *Política cultural*: conceito, trajetória e reflexões/Néstor Garcia Canclini. Salvador: EDUFBA, 2019.

CARDOSO, Francisca Emanuelle da Silva *et al*. *O lugar da cultura na universidade*: mapeamento dos setores de cultura das universidades federais brasileiras. Juazeiro do Norte: UFCA, 2015. Disponível em: https://observatoriodecultura.ufca.edu.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/06/LEVANTAMENTO-DOS-SETORES-DE-CULTURA.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.

CARVALHAES, Lídia Nunes de Ávila. Um olhar para a cultura nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia brasileiros. *In*: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2021. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-751/161992.pdf Acesso em: 25 fev. 2026.

CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural*: o direito à cultura. 2. ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

COSTA, Andréa. V. F.; PESSOA, Nara da Cunha. Formação acadêmica em Produção Cultural: a experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. *In*: COSTA, Leonardo; MELLO, Ugo Barbosa (org.). *Formação em organização da cultura no Brasil*: experiências e reflexões. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 201-222.

DEUS, Sandra de. *Extensão universitária*: trajetórias e desafios. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FERNANDES, F. das C. de M. *Conexões e desconexões*: em 105 anos de educação profissional no Brasil. Natal: IFRN, 2017.

FREIRE JUNIOR, Josias José et al. Recanto do Cinema: Cultura Audiovisual na Periferia. *Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 1, p. 175-184, jan./jun. 2020. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/cadernos_de_extensao/article/view/15321. Acesso em: 17 set. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). *Carta do I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Brasília: UnB, 1987. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX); FÓRUM DE GESTÃO CULTURAL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORCULT). *A institucionalidade da cultura nas instituições públicas de ensino superior no Brasil*: relatório da pesquisa Forproex e Forcult – 2023-2025. Belo Horizonte: UFMG, 2025.

GUERREIRO, João; PAIVA, Gabriela; SOUZA, Letícia; MIRANDA, Nathan. Perfil e trajetória profissional de egresso(a)s do curso de produção cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro. *In*: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2021. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-751/162064.pdf. Acesso em 17 set. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). *Plano de Curso do Curso Técnico Subsequente em Produção de Áudio e Vídeo*. Brasília, DF: Instituto Federal de Brasília, 2017. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/reitori/163-uncategorised/17045-curso-tecnico-subsequente-em-producao-de-audio-e-video. Acesso em: 10 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. *Edital de seleção de filmes nº 08/2020 – DGRE/RIFB/IFB, de 30 de setembro de 2020*: Festival Recanto do Cinema – Audiovisual na Periferia. Brasília, DF: Instituto Federal de Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/25010/Edital%20Festival%20Recanto%20do%20Cinema_filmes_2020%20(1).pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

FILMFREEWAY. *Recanto do Cinema – audiovisual na periferia*. [S. l.], [2024?]. Disponível em: https://filmfreeway.com/RecantodoCinema. Acesso em: 5 abr. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). *Organização didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte*. Natal: IFRN, 2024.

MATTOS, Tetê; RESENDE, Andreia. Práticas curatoriais e formativas em festivais de cinema. *In*: XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2021, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2021. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132437.pdf. Acesso em 17 set. 2026.

NUNES, Paulo. Diagnóstico da gestão cultural em Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 157–175, 2020. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/57104. Acesso em: 10 set. 2026.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori; KAUARK, Giuliana. Formação e prática em gestão cultural: entre o tecnicismo e o engajamento. In: *Revista Extraprensa*, 14(2), p. 197-210, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/extraprensa/pt_BR/article/view/185437. Acesso em: 10 set. 2025.

PESSOA, Nara da Cunha; SILVA, Juliana Lopes da. Extensão e formação em organização da cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior. *In*: XX Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2024, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Enecult, 2024. Disponível em: https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-699/152372.pdf. Acesso em 17 set. 2026.

PORTELA, Cristiano. *A Pró-Reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri*: processo de institucionalização e panorama de funcionamento. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Universidade, cultura e políticas culturais. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, Edição especial, p. 06–17, 2019. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021. Acesso em: 10 set. 2026.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil. *Organicom*, São Paulo, Brasil, v. 7, n. 13, p. 36–48, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/organicom/article/view/139068. Acesso em: 10 set. 2026.

RUBIM, Linda. Produção Cultural. *In*: RUBIM, Linda. (org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, 2005.

SANTOS, Hortência. Reflexos das políticas culturais brasileiras nas instituições federais de ensino superior. *Revista Entreideias*, Salvador, v. 13, n. 6-46, maio/ago 2024. p. 27-46. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/55036. Acesso em: 10 set. 2026.

SIDONCHA, Urbano. Reinventando a relação entre universidade e cultura. *Revista UFG*, Goiânia, v.21, p. 02-28, 2021. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70496. Acesso em: 10 set. 2026.

SILVA, Nina Maria da Guia de Sousa. *Escola para os filhos dos outros*: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). João Pessoa: IFPB, 2019.

Contribuciones y desafíos de los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología en la formación en organización de la cultura

Resumen: Este artículo reflexiona sobre el lugar de la extensión y de la enseñanza en la formación en organización de la cultura en los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tec-nología (IFs). Por medio de un enfoque analítico y descriptivo, relatamos los procesos formativos que involucran al Núcleo de Arte Centro Histórico y al Festival Recanto do Cinema, promovidos respectivamente por la Carrera Tecnológica en Producción Cultural del Instituto Federal de Rio Grande do Norte y por el Curso Técnico en Producción de Audio y Video del Instituto Federal de Brasília. Sostenemos que los proyectos de extensión y la enseñanza de las prácticas profesionales son espacios relevantes para el proceso de formación en organización de la cultura de estudiantes vinculados a los cursos del Eje Tecnológico de Producción Cultural y Diseño. Sin embargo, nues-tra reflexión también aborda los límites y desafíos identificados en estas formaciones, que se relacionan con ausencias en el proceso de institucionalización de la cultura en el ámbito de los Institutos Federales.

Palabras clave: Institutos Federales; proyectos de extensión; prácticas profesionales; formación; organización de la cultura.

Contributions and Challenges of the Federal Institutes of Education, Science and Technology in Training for Cultural Organization

Abstract: This article reflects on the role of extension and teaching in the training for cultural organization within the Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs). Through an analytical and descriptive approach, we report the formative processes involving the Centro Histórico Art Center and the Recanto do Cinema Festival, respectively promoted by the Technologist Degree in Cultural Production at the Federal Institute of Rio Grande do Norte and the Technical Course in Audio and Video Production at the Federal Institute of Brasília. We argue that extension projects and the teaching of professional practices are relevant spaces in the train-ing process for cultural organization of students enrolled in programs within the Technological Axis of Cultural Production and Design. However, our reflection also addresses the limits and challenges identified in these training processes, which are related to gaps in the institutionaliza-tion of culture within the Federal Institutes.

Keywords: Federal Institutes; extension projects; professional practices; training; cultural organization.